



Anais da Assembleia

N.º 123

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 185.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 1976
— SEGUNDA-FEIRA.**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o número 34/76, da Senhora EDITH G. ALCÂNTARA SANTOS, Diretora do Grupo Escolar Nossa Senhora de Lourdes, em Londrina, solicitando dos Srs. Parlamentares, aprovação do Estatuto do Magistério, ora em tramitação nesta Casa. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o número 12/76, da Senhora MARIA ISABEL ALOMAR FERREIRA, Presidente da Associação Paranaense de Professoras da Escola "Evaristo da Veiga", de Londrina, encaminhando abaixo assinado solicitando dos Srs. Parlamentares, a aprovação do Estatuto do Magistério. — Ao conhecimento da Casa.

Da Escola de Aplicação "Cecília Meireles", de Bandeirantes, encaminhando abaixo assinado solicitando dos Srs. Parlamentares, aprovação do Estatuto do Magistério. — Ao conhecimento da Casa.

Dos Professores Primários de Londrina, encaminhando abaixo assinado solicitando dos Srs. Parlamentares, aprovação do Estatuto do Magistério. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMAS:

Nos seguintes termos: DINÂMICO DEPUTADO VG ESFORÇA-SE JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES VG PARA APROVAÇÃO DO ESTATUTO VG NO DIA PROFESSOR ABRAÇOS INSPETORIA AUXILIAR DE ENSINO DETAPEJARA. — Ao conhecimento da Casa.

A DIRETORIA E PROFESSORES DO GINÁSIO ESTADUAL DE TAPEJARA VG SERÃO CONVÍCTOS QUE MAIS UMA VEZ PODERÃO CONTAR COM SEU DINAMISMO VG PARA APROVAÇÃO DO ESTATUTO ABRAÇOS CELIANE DEZAN. — Ao conhecimento da Casa.

RESPEITOSAMENTE CONVIDAMOS VOSSÊNCIA EXTENSIVOS SENHORES DEPUTADOS COMPARECER ASSEMBLÉIA GERAL ENTIDADE DA CLASSE APP-APLP LONDRINA 30-09-76 9,00 HORAS TEATRO UNIVERSITÁRIO VG DEBATER ESTATUTO MAGISTÉRIO E IMPORTANTES DECISÕES EDUCAÇÃO PARANAENSE PT. — Ao conhecimento da Casa.

ESTIMADO DEPUTADO CONTAMOS COM VOSSO APOIO NA APROVAÇÃO DO ESTATUTO LEMBRO DO DIA DOS PROFESSORES DIRETORIA E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR SANTANA DE TAPEJARA. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em REGIME DE URGÊNCIA o Projeto de Lei número 153/75, que autoriza o Poder Executivo a transferir para o DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Guaraniáçu a Altamira.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo assina, após a aprovação do Plenário, seja inserido em ata, voto de louvor ao "Jornal dos Municípios".

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Os administradores dos municípios paranaenses, os Senhores Prefeitos e os Senhores Vereadores, recebem respaldo divulgacional através das páginas do "Jornal dos Municípios" editado nesta Capital.

Trata-se de publicação inteiramente voltada aos interesses vários do municipalismo, enfocando, abordando e dissecando matérias que, ora pela natureza técnica ou jurídica, de orientação, ora pela veiculação de atos e realizações dos municípios deste Estado, é de inegável utilidade às comunidades paranaenses, carentes até o surgimento do "Jornal dos Municípios". de órgão de imprensa dotado de objetivo inteiramente para elas voltadas.

Diligente, compenetrado e idealista, é o jornalista ERONY HONÓRIO FERNANDES que, incansável, percorre o hinterland paranaense, colhendo "in loco" as matérias divulgadas no órgão que, com seriedade e espírito de sacrifício dirige — o "Jornal dos Municípios".

É justo que receba os aplausos desta Casa, integrada que é por nós Parlamentares, que aqui representamos os quase trezentos municípios do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado estadual com assento nesta Casa, que subcreve o presente, requer à Mesa seja-lhe fornecida certidão de encaminhamento ao Sr. Governador do Estado, e do recebimento por parte do mesmo, do pedido de informações aprovado por esta Assembléia, em data de 11 de agosto de 1976, de autoria deste Deputado, referente à situação dos trabalhadores e funcionários do Estado.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-nos à tribuna um fato importante para o esporte de nossa região. Queríamos fazer um apelo por intermédio desta Casa para o Clube Esportivo Agroceres de Santo Antônio da Platina, um dos clubes de futebol que vem despontando no Paraná, pela sua garra, pela sua luta e o segundo clube em arrecadação de nosso Estado, só perdendo para Apucarana, no que concerne à arrecadação.

Queríamos por intermédio desta Casa de Leis, encaminhar um apelo a S. Exa. o Sr. Presidente da Federação do Paraná, Dr. Espiridião Feres, para que colocasse, para que fosse incluído na Divisão Especial para disputar o campeonato em 1977, este clube de nossa cidade, de uma das cidades do nosso Norte Pioneiro, que é a nossa Santo Antônio da Platina, para fazermos jus numa luta de tradições esportivas com que vem lutando este clube daquela cidade.

Queríamos, Sr. Presidente que, oportunamente, fosse enviado um requerimento de nossa autoria ao Sr. Presidente da Federação, Dr. Espiridião, e para os responsáveis, para que na Divisão Especial em 1977, fosse incluído o Clube Esportivo Agroceres, de Santo Antônio da Platina, para fazermos jus ao esporte de nossa terra e de nossa gente.

Queríamos também, neste instante, nesta data e neste momento, anunciar ao Paraná e sua gente, a inauguração da Estrada Parigot de Souza que é uma das maiores construções públicas a que o Norte Pioneiro vai assistir, pois no dia 16 do corrente, estará S. Exa. o Sr. Governador do Interior, o Governador de todos os paranaenses, o dinâmico Governador Jayme Canet Junior, inaugurando aquela estrada, principiando no portão do Norte Pioneiro, que é a Cidade de Jaguariaíva, para após inaugurar um busto em referência ao ilustre Governador Parigot de Souza, de saudosa memória, que também lutou pelo Norte Pioneiro e sua gente.

Haveremos de percorrer com S. Exa. o Sr. Jayme Canet Junior, e com o ilustre Sr. Secretário dos Transportes e com toda a comitiva do Governador Arenista, até Santo Antônio da Platina, onde lá, as autoridades receberão a consagração pública por esta obra de redenção de nosso querido Norte Pioneiro.

Queríamos convidar os Srs. Deputados, para esta inauguração, queríamos também pedir a S. Exa. o ilustre Sr. Presidente, que indicasse uma comissão para representar esta Casa de Leis naquele dia que há de ficar marcado na consciência de todos os paranaenses e principalmente do povo do Norte Pioneiro, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, douta Mesa Diretiva, é um sonho deste Paraná humilde que se realiza, um sonho que se concretiza, quando vemos aquela fita asfáltica, rasgando o "hinterland" de nosso Estado, rasgando aquela terra íngreme do Norte Pioneiro. vemos, então, um sonho realizado e é por este motivo. Sr. Presidente. Srs. Deputados, que queríamos, neste instante, pedir mais um minuto para completarmos o nosso apelo, para que V. Exa. o Sr. Presidente, indique uma Comissão da Assembléia composta pelos Srs. Deputados que representam aquela região, e também convidando os outros Deputados para que vejam que o dinheiro do povo foi aplicado em

benefício do próprio povo e o Governo arenista de Jayme Canet Junior quando promete, só promete o que pode cumprir. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tendo declinado, declare encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 167/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 243/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de PORECATU, objetivando reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL PROFESSOR MALVINO DE OLIVEIRA, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 168/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 247/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR "MACHADO DE ASSIS", na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 169/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 248/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO JOÃO, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da C.V.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 170/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 249/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o GRUPO ESCOLAR D. MARIA IZABEL GUIMARÃES e a DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 171/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 252/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UMUARAMA, objetivando reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESCOLAR DE UMUARAMA, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 172/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 257/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de

Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ARA-POTI, objetivando execução de reparos em próprios do Estado, naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 173/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 259/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DA SECÇÃO DE PALMITAL, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 174/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 266/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GENE-RAL CARNEIRO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprova-do, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 175/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 268/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GUA-RACI, objetivando execução de reparos em próprio Estadual na-que-la comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 176/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 268/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IBAI TI, objetivando reparos nos prédios onde funcionam a 10.^a INSPETORIA REGIONAL DE ENSINO e o GINÁSIO ESTADUAL ANTÔNIO MANTINS DE MELO, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 177/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 273/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Se-cretaria da Administração e o Município de JOAQUIM TÁVO-RA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcio-nam o POSTO DE SAÚDE e DELEGACIA DE POLÍCIA, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por una-nimidade — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 178/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 279/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secre-taria da Administração e o Município de MOREIRA SALLES, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, naquela comuna. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 162/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Estadual em caráter prioritário, retificação e pavimentação da estrada

CÉU AZUL, VERA CRUZ, DIAMANTE D'OESTE e SANTA HELENA. Pareceres CONTRÁRIO da C.C.J., FAVORÁVEL da C.F. e CONTRÁRIO pelo Arquivamento da C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 150/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 302/76, Mensagem 76/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Muni-cípio. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Apro-vado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 150/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Para-ná, e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 302/76

A presente Proposição 302/76, oriunda da Mensagem Go-vernamental 76/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do re-ferido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do alu-dido município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinan-do-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolu-ção anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 151/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 306/76, Mensagem 80/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Muni-cípio. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 151/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Para-ná e o Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objeti-vando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 306/76

A presente Proposição 306/76, oriunda de Mensagem Governamental 80/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de Convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 152/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 310/76, Mensagem 84/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 152/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o — Fica aprovado o termo de Convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Schwartz, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 310/76

A presente Proposição 310/76, oriunda da Mensagem Governamental 84/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as Cláusulas do aludido Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente

Deni Schwartz, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 179/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 286/76, Mensagem 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PONTA GROSSA, objetivando execução de reparos no prédio do CENTRO DE ARTES INDUSTRIAIS e do GRUPO ESCOLAR PROFESSOR COLARES, Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 179/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 19 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PONTA GROSSA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o CENTRO DE ARTES INDUSTRIAIS e o GRUPO ESCOLAR PROFESSOR COLARES, do referido Município.

Art. 2.^o — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À PROPOSIÇÃO 286/76

A presente Proposição 286/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PONTA GROSSA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 180/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 289/76, Mensagem 68/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUATIGUÁ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino e DELEGACIA DE POLÍCIA, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 180/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.^o — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de QUATIGUÁ, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Pedro Gonçalves Lopes, Grupo Escolar Sílvio Zanini e a Delega-

cia de Polícia, do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 289/76

A presente Proposição 209/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GUATIGUÁ, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado, naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 182/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 292/76, Mensagem 86/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO INÁCIO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DR. MANOEL FIRMINO DE ALMEIDA, do referido Município. Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 182/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO INÁCIO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DR. MANOEL FIRMINO DE ALMEIDA, do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 292/76

A presente Proposição 292/76, oriunda da Mensagem Governamental 68/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SANTO INÁCIO, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado, naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinan-

do-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 65/76, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que concede pensão mensal na importância de um (01) salário mínimo, à Sra. TEREZA SOARES. Pareceres favorável à transformação em requerimento de sugestão da C.C.J., e favorável ao Projeto, da C.F., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 65/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal na importância de um salário mínimo à Sra. TEREZA SOARES, viúva do Sr. HONÓRIO SOARES vítima do cataclismo que se abateu sobre o município de Francisco Alves (Bairro Catarinense).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de junho de 1976.

(aa) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA:

O cataclismo que assolou a região de Francisco Alves (Bairro Catarinense), além de inúmeros prejuízos causou vítimas. Entre essas vítimas, se encontra o Sr. HONÓRIO SOARES, que deixou esposa e 5 filhos menores ao desamparo. Com o presente Projeto de Lei, queremos amenizar o sofrimento daquela família, que viu se abater sobre si a desgraça na perda de seu chefe. Com isso, recorremos ao Poder Público, e com o apoio dos nobres Pares para a presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI 65/76

O Projeto de Lei 65/76, de autoria do nobre Deputado Ernesto Gnoato, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal à Sra. Tereza Soares, viúva de Honório Soares, vítima do cataclismo que se abateu sobre o município de Francisco Alves.

Embora as intenções do seu autor e a justificativa que o acompanha demonstrem o espírito de solidariedade humana dos mais elevados, temos que o Projeto em tela esbarra em dispositivos constitucionais (artigos 25 e 35 da Constituição Estadual) que impedem a sua tramitação normal nesta Casa, nos moldes a que foi proposto.

Nestas condições, nosso parecer é no sentido de que o mesmo após ouvido o Plenário, seja transformado em requerimento de sugestão ao Senhor Chefe do Poder Executivo, acompanhado da respectiva justificativa.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI 65/76

Tenta o Deputado Ernesto Gnoato, através do Projeto de Lei 65/76, auxiliar a viúva Sra. TEREZA SOARES, vítima do cataclisma que se abateu sobre o Município de Francisco Alves.

Matéria meramente autorizatória e de grande significado cristão. Optamos pela sua aprovação, ficando o Poder Público com o dispositivo de concedê-lo ou não.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente;

Luiz Carlos Zuk, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 90/76, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dispõe sobre as promoções por merecimento na carreira da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado.**

RPROJETO DE LEI N.º 90/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Os Cursos Básicos terão o caráter prioritário nas promoções por merecimento na carreira policial-militar do Estado do Paraná.

Parágrafo único — Consideram-se básicos para os efeitos citados neste artigo os Cursos de:

- a) FORMAÇÃO
- b) APERFEIÇOAMENTO;
- c) SUPERIOR DE POLÍCIA.

Art. 2.º — Serão considerados suplementares e facultativas, porém, estimuladas, as matrículas, visando o aprimoramento na carreira policial-militar os demais cursos existentes na Corporação, bem como os outros cursos de nível superior que o elemento possuir.

Parágrafo único — Equiparam-se para efeitos e vantagens prescritas em Lei, aos das Letras A, B. e C., do Parágrafo único do artigo primeiro, os cursos de nível superior exigidos para o exercício da atividade do posto que ocupa na especialidade o policial-militar.

Art. 3.º — Nas promoções por merecimento, independentemente de qualquer circunstância, terá precedência gradativa dentro de seu quadro de acesso, o elemento que for portador dos primeiros lugares na classificação dos cursos básicos que possuir, tomando-se por base o curso de maior valor.

Parágrafo único — Havendo mais de um elemento no quadro de acesso em idêntidas condições, prevalecerá, para os efeitos desta Lei, o elemento que possuir maior número de cursos suplementares.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em
(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

A promoção por merecimento não deve ser analisada somente sob o critério de obediência, respeito ou outra circunstância exterior, mas levar também em consideração o valor real do elemento demonstrado através de seus conhecimentos.

A promoção por merecimento não pode ser uma promoção por benevolência, como vem sendo feita atualmente na Corporação da Polícia Militar do Estado, fruto de uma Lei aprovada sem um critério mais ponderado.

O Art. 40 da Lei 5.924, de 21 de junho de 1969, atribuiu aos Membros da Corporação, o direito de creditar ou debitar o concorrente sob o título de conceito de valores que variam de zero a doze. Tal decisão é irrecorrível pelo parágrafo único da citada Lei. Conclui-se assim que não há promoção por merecimento de fato e sim por conclusão inapelável da Corporação, não importando as qualidades ou dos defeitos do postulante à promoção.

Queremos assim, com o presente plano de lei, defender quem no correr de sua carreira, demonstrou merecer ser promovido.

Outro ponto a ponderar, e que pretendemos com a presente Proposição corrigir, vem a ser a de considerar como cursos básicos os cursos que são exigidos aos oficiais especialistas, tais como: os de Médicos, Dentistas e Sacerdotes, e que atualmente não vem sendo considerados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI 90/76

O projeto de Lei 90/76, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, dispõe sobre as promoções por merecimento na carreira da Polícia Militar do Estado.

A proposição está devidamente justificada e a sua efetivação não virá a afetar o regime jurídico dos integrantes da Polícia Militar do Estado, criando apenas critérios nas promoções a serem efetivadas na carreira policial militar, o que, no nosso entender, não fere qualquer dispositivo constitucional.

Segundo o Projeto, os cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Superior de Polícia, serão considerados, doravante os cursos básicos e terão caráter prioritário nas promoções por merecimento. Quer nos parecer, segundo a justificativa que o acompanha, que tal critério, efetivamente, virá criar um novo conceito de valor a ser adotado nas elevações por merecimento e que muito servirá para demonstrar o esforço que o elemento integrante da carreira policial-militar poderá desenvolver, melhorando assim o seu nível cultural e com isso contribuindo para que a classe se eleve cada vez mais.

Com isso, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei 90/76, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1976.

(aa) Accioli Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PARECER AO PROJETO DE LEI 90/76

O projeto de lei em tela não afeta o que já dispõe a legislação vigente (Cap. 5, artigo 54 e seus parágrafos da Lei número 5.944), ao contrário, condiciona melhor o indivíduo na promoção por merecimento e o aprimora na carreira de Policial Militar.

Ao incluir outros critérios na promoção por merecimento, o legislador inclusive levou em consideração, o real valor do indivíduo através de seus conhecimentos e cursos que por ventura tenha concluído.

Corrigir falhas na legislação, quando esta venha preterir ao cidadão galgar promoções na carreira por ele escolhida, adaptando-o melhor nestas aspirações e no caso no que tange ao título Por Merecimento, deve ser a tônica de todo o moderno legislador, e este projeto de lei, tem o beneplácito desta Comissão de Recursos Humanos, com nosso parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1976.

(aa) Jurandir Messias, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei número 153/75. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja-lhe fornecida certidão de encaminhamento ao Sr. Governador do Estado, e do recebimento por parte do mesmo, do pedido de informações aprovado por esta Casa, em data de 11 de agosto de 1976. — DEFERIDO. — A Mesa providenciará a certidão requerida.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Jornal dos Municípios. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 05, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 173/76, 174/76, 175/76, 176/76, 177/76, 178/76, e de Lei 162/75.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 150/76, 151/76m 172/76, 179/76, 180/76, 182/76 e de Lei 65/76, 90/76.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 184/76, 185/76, 186/76, 188/76, 190/76 e 189/76.

A Presidência marca ainda uma sessão extraordinária, para terça-feira, dia 5, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 183/76.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, com referência ao prazo do Estatuto do Magistério, com prazo de trinta dias findou no domingo. Consultado à Mesa se conta o domingo e sábado como prazo, ou dia útil.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Evidentemente que conta.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 602/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "23"

JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS — Mat. 509 Por Merecimento

PARA O NÍVEL PL "22"

LEONILDO MARCHIORO — Mat. 376 Por Merecimento

PARA O NÍVEL PL "21"

NEUSA OLÍVIA MELARA — Mat. 344 Por antigüidade

PARA O NÍVEL PL "20"

OLGA POPOVITCH — Mat. 319 Por Antigüidade

PARA O NÍVEL PL "19"

INEZ LITZA LENIOWSKI — Mat. 202 Por Merecimento

VALDOMIRA DEMETERCO — Mat. 228 Por Antigüidade

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de outubro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 603/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

conceder acesso na inicial da Série de Classes de Oficial de Administração do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aos funcionários abaixo relacionados:

PARA O NÍVEL PL "18"

MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY — Mat. 177 Por Merecimento

ERNESTO GOMES CORDEIRO — Mat. 151 Por Antigüidade

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de outubro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 604/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PROMOVER os funcionários abaixo relacionados da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

PARA O NÍVEL PL "17"

RUTH DA SILVA LOPES — Mat. 226 Por Antigüidade

IZOLLA GLISTAU BARRICHELO — Mat. 207 Por Merecimento

PARA O NÍVEL PL "16"

ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES — Mat. 189 Por Merecimento

AURORA RIBEIRO GONÇALVES — Mat. 193 Por Antigüidade

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01 de outubro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 605/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7034, de 10 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de UAHIB ABRAHÃO TANUS, matrícula 018, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um ano (01) correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 09 de abril de 1964 e 09 de novembro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1963, 1970 e de quinze (15) dias de 1967, contadas em dobro;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o dispositivo legal invocado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 09 de novembro de 1972 e 09 de setembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias relativas ao ano de 1972, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da mesma Lei, a partir de 23 de junho de 1974, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de outubro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 606/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7130, de 12 de agosto de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, com fundamento no Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a HUGO GABARDO, matrícula número 527, ocupante do cargo de nível PL "23", da série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 02 de março de 1976, data em que completou trinta e quatro anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de outubro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 607/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8087, de 16 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, MARIA JOSÉ TAVORA GIL BELEM, matrícula número 250, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete, da Liderança da ARENA, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 13 de setembro de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de outubro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 608/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7110, de 11 de agosto de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Artigo 2.º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CASEMIRO MARQUES, matrícula número 529, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,
II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da citada Lei 6174, a partir de 01 de junho de 1975, data em que completou vinte e cinco anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de outubro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 609/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7797, de 01 de setembro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MERCHID BELICH FILHO, matrícula 267, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de outubro de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 610/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 7249, de 17 de agosto de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de RUI FERRAZ DE CARVALHO, matrícula número 017, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 16 de abril de 1963 e 16 de fevereiro de 1972, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969 e 1970, contadas em dobro;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o dispositivo legal invocado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 16 de fevereiro de 1972 e 16 de junho de 1975, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro; e

III — mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da mesma Lei, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1970, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 04 de outubro de 1976

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2.º Secretário